

EDUCAÇÃO E EMANCIPAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NOS SINDICATOS: reflexões sobre os espaços deliberativos

Gilene Pinheiro da Silva Mendes¹
Carolina Bessa Ferreira de Oliveira²

Resumo

O artigo discute a educação enquanto prática política e emancipatória para o acesso e a ascensão de mulheres negras nos espaços deliberativos de centrais sindicais brasileiras. Empenhou-se uma pesquisa de abordagem qualitativa e sistemática explicativa, organizada no procedimento de revisão bibliográfica, além da análise de material empírico - fruto de pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), mediante pesquisa de campo com mulheres negras e dirigentes sindicais. Parte-se da contextualização do percurso histórico de inserção das mulheres no movimento sindical e suas principais barreiras no alcance de cargos diretivos. A educação aparece como fator central na agenda política e no movimento sindical, fato que se observa com ênfase a partir da abertura democrática para as minorias sociais no período pós-ditatorial. No entanto, a educação acrítica não produz efeitos positivos para os grupos desfavorecidos, dilatando a sua capacidade e só requalificando na presença de uma educação para a diferença, balizada nos marcadores interseccionais. Ao final, conclui-se que o acesso e a ascensão de mulheres negras nos espaços deliberativos são orientados através da visão interseccional e da educação depurada de alienações.

Palavras-chave: Educação; Interseccionalidade; Material Empírico; Sindicalismo.

EDUCATION AND EMANCIPATION OF BLACK WOMEN IN TRADE UNIONS: reflections on deliberative spaces

Abstract

The article discusses education as a political and emancipatory practice for the access and ascension of black women in the deliberative spaces of Brazilian

¹ Mestra em Ensino e relações étnico-raciais (PPGER) pela Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB). Integrante do Grupo de Pesquisa Desigualdades e Efetividades de Políticas Públicas para Direitos Sociais (Gepedese). Secretária de Combate ao Racismo na Central Única dos Trabalhadores da Bahia (CUT / Bahia). Membro fundadora do 8M Porto Seguro Bahia - Agenda Comum do Feminismo na América Latina. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5135-2984>. E-mail: gilene.pinheiro@gmail.com.

² Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (2017). Professora Adjunta na Universidade Federal do Sul da Bahia. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Desigualdades e Efetividades de Políticas Públicas para Direitos Sociais (Gepedese). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-7760-0974>. E-mail: carolinabessa@gfe.ufsb.edu.br.

central unions. The research used a qualitative and systematic explanatory approach, organized in the literature review procedure, in addition to the analysis of empirical material - fruit of a master's degree research developed at UFSB, through interviews with black women and union leaders. The historical trajectory of the insertion of women in the union movement and their main barriers in reaching management positions is reviewed. Education appears as a central factor in the political agenda of the category, a fact that is observed with emphasis from the democratic opening for social minorities in the post-dictatorial period. However, uncritical education does not produce positive effects for disadvantaged groups, dilating their capacity and only requalifying in the presence of an education for difference, based on intersectional markers. In the end, we conclude that the access and rise of black women in deliberative spaces are guided through the intersectional vision and education purged of alienations.

Keywords: Education; Intersectionality; Empirical material; Trade Unionism.

EDUCACIÓN Y EMANCIPACIÓN DE LAS MUJERES NEGRAS EN LOS SINDICATOS: reflexiones sobre los espacios deliberativos

Resumen

El artículo discute la educación como práctica política y emancipadora para el acceso y ascenso de las mujeres negras en los espacios deliberativos de las centrales sindicales brasileñas. Se realizó una investigación de enfoque explicativo cualitativo y sistemático, organizado en el procedimiento de revisión de la literatura, además del análisis del material empírico - fruto de la investigación de maestría desarrollada en el ámbito de la Universidad Federal del Sur de Bahía (UFSB), a través de la investigación de campo con mujeres negras y líderes sindicales. Comienza con la contextualización de la trayectoria histórica de inserción de las mujeres en el movimiento sindical y sus principales barreras para alcanzar los puestos de dirección. La educación aparece como un factor central en la agenda política y en el movimiento sindical, hecho que se observa con énfasis a partir de la apertura democrática para las minorías sociales en el período post-dictatorial. Sin embargo, la educación acrítica no produce efectos positivos para los grupos desfavorecidos, dilatando su capacidad y sólo recalificando en presencia de una educación para la diferencia, marcada por los marcadores interseccionales. Al final, concluimos que el acceso y la ascensión de las mujeres negras en los espacios deliberativos se orientan a través de la visión interseccional y la educación depurada de alienaciones.

Palabras clave: Educación; interseccionalidad; Material empírico; Sindicalismo.

INTRODUÇÃO

Esse artigo é derivado de pesquisa de mestrado desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Ensino e Relações Étnico-Raciais (PPGER) da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB), concluída em 2021, cujo objetivo é discutir a educação enquanto prática política e emancipatória para o acesso e a ascensão de mulheres negras nos espaços deliberativos de centrais sindicais brasileiras. Parte-se da compreensão de que o avanço da luta feminina nos sindicatos se deu exclusivamente por meio da tomada de consciência sobre as opressões e a posterior revolução, perceptível nas pautas de sua agenda, acentuando o fato de que a educação, em perspectiva crítica, é uma chave fundamental para a mudança política.

A origem dessa compreensão é aqui adotada a partir das clivagens dos anos setenta até os anos noventa, em que houve uma maior inserção de mulheres no mercado de trabalho e, conseqüentemente, nos sindicatos (ARAÚJO e FERREIRA, 1998). Apesar da ampla inserção, a posição das mulheres nesses espaços ainda era desvantajosa, em comparação com os homens que ocupavam cargos de maior prestígio. Essa introdução das mulheres no movimento sindical e o início das lutas para ascensão nos cargos de direção, incluindo-se um olhar interseccional, será tema da primeira seção deste texto.

Em seguida, descortinar-se-á a forma como a educação sindical foi utilizada para que as mulheres alcançassem cargos de poder deliberativo no interior dos sindicatos, avançado também em muitas pautas voltadas às demandas femininas, como cotas paritárias, creches, licença-maternidade, fim da discriminação de gênero e outras. Nesse sentido, tal como para Oliveira e Mendes (2021), vê-se que a educação é parte da agenda sindical, inerente a todos os processos que circundam as lutas da categoria. Porém, ainda conforme o entendimento das autoras, é preciso se desvencilhar analiticamente do sujeito coletivizado que se constrói em torno do sindicalismo, para se pensar nas especificidades, no caso desta pesquisa, da mulher, e sobretudo da mulher negra, para, então, analisar a dimensão de suas reivindicações sociais e políticas.

Na terceira seção, busca-se o aprofundamento de uma leitura interseccional acerca da opressão e as suas simultaneidades e seus entrecruzamentos na vida das pessoas. É somente com essa visão, considerada crítica e em muito depurada de uma cultura monolítica, que as violências são percebidas e podem ser encaradas desde a sua gênese. Nessa linha, recorre-se a um conjunto de relatos pessoais, que foram coletados durante a pesquisa de mestrado, com o fito de reafirmar a importância da educação sindical e de ilustrar como a partir dela é possível captar as opressões cotidianas³.

Pelo exposto, o artigo leva à conclusão de que o acesso e a ascensão de mulheres negras nos espaços deliberativos são orientados através da visão interseccional e da educação depurada de alienações, pois é somente com esse cabedal intelectual que elas conseguem se constituir resistentes em face das lutas cotidianas.

Por fim, pontua-se que essa investigação é sistematizada pela pesquisa de abordagem qualitativa e sistemática explicativa, com ênfase no procedimento de revisão bibliográfica. Além disso, conta com a análise de um material empírico: o conjunto de relatos pessoais oriundos da pesquisa de campo realizada na investigação de mestrado da qual origina o presente artigo.

A INSERÇÃO DAS MULHERES NO MOVIMENTO SINDICAL NO BRASIL

Até os anos oitenta, a presença de mulheres no mercado de trabalho e nos sindicatos era bastante reduzida. De acordo com Araújo e Ferreira (1998), a discriminação sexista das lideranças masculinas, o machismo e o não reconhecimento das demandas específicas das mulheres eram alguns dos empecilhos que afastavam as mulheres do movimento sindical. Além disso, havia também a própria estrutura patriarcal, que determinava que as mulheres deveriam ser as responsáveis pelos cuidados da família e das tarefas domésticas, dificultando ainda mais a participação dessas mulheres no mercado de trabalho e nos sindicatos (DELGADO, 1996).

³ Para resguardar a identidade das participantes, neste artigo os seus nomes não estão identificados.

Segundo Leone e Teixeira (2010), a inserção das mulheres no mercado de trabalho aumentou durante a década de sessenta sob influência do período pós-guerra. No Brasil, essa inclusão se intensificou durante a década de setenta, em decorrência da expansão econômica e do rápido processo de industrialização e urbanização. As altas e baixas da economia brasileira também foram responsáveis por essa inserção, principalmente nos momentos de baixa, em que as mulheres tiveram que auxiliar no sustento das famílias (LEONE e TEIXEIRA, 2010).

Em paralelo à inserção das mulheres no mercado de trabalho, a influência do movimento popular feminista impulsionou o debate sobre as questões de gênero, que alcançou rapidamente o domínio público e modificou, segundo Araújo e Ferreira (1998), a relação das mulheres com os sindicatos. Nesse ínterim, surge o Novo Sindicalismo, que apesar de avançar em diversas pautas sindicais e ter uma ampla participação das mulheres, diminuiu algumas das suas demandas em detrimento das pautas coletivas, como as demandas femininas.

Somente em 1986, durante o II Congresso Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), e em razão de uma ampla mobilização das mulheres ao longo dos últimos anos, que se criou a Comissão Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora (CNMT), atualmente Secretaria Nacional da Mulher Trabalhadora (SNMT). Foi a partir dessa comissão que as mulheres puderam de fato centralizar esforços e, ao mesmo tempo, descentralizar suas lutas, com a criação de novos espaços em âmbito estadual e regional (ARAÚJO e FERREIRA, 1998).

Ainda que as mulheres tivessem alcançado bastante espaço nas últimas décadas, os cargos deliberativos do primeiro escalão das centrais sindicais continuavam compostos em sua maioria por homens brancos. Sob influência da CNMT, a CUT aprovou em 1993 um percentual mínimo de 30% e máximo de 70% para cada sexo nas instâncias de direção da central, em âmbito nacional, estadual e também regional. A recomendação seguia também para as entidades filiadas em todos seus âmbitos. Sob influência da resolução, o congresso seguinte elegeu, em 1994, nove mulheres entre os 25 membros efetivos e sete suplentes (DELGADO, 1996).

Ainda que mais mulheres conseguissem participar dos cargos de direção com o advento das cotas, elas ainda não conseguiam conquistar os cargos do alto escalão da estrutura sindical, como os postos de presidente, vice-presidente, tesoureiras ou primeiras-secretárias (SOARES, 2016). Já naquela época da aprovação das cotas, Delgado (1996) também afirmava que as cotas, sozinhas, não mudariam a realidade da estrutura sindical, sendo uma medida transitória.

Com isso, ela defendia, dentre outras demandas, a criação de espaços de formação para os militantes e dirigentes da CUT, assim como inserir a diversidade de gênero nos materiais de campanha (DELGADO, 1996). Esses espaços de formação, por sua vez, foram fundamentais para incorporação das políticas de gênero nas centrais sindicais, no empoderamento e na emancipação das mulheres (SOARES, 2016). Com isso, além de estarem inseridas dentro da hierarquia sindical, essas mulheres também estariam sendo preparadas para enfrentar as opressões e adversidades do meio sindical a partir de processos educativos voltados à emancipação política, como será visto na próxima seção.

Para além da inserção das mulheres nos espaços sindicais, também havia outra problemática, dessa vez subsidiada na análise interseccional⁴, que era a presença de mulheres negras nos cargos de alto escalão. De acordo com Mendes (2021), de 2003 à 2019, apenas uma mulher preta alcançou cargo do alto escalão na Direção Executiva da CUT Nacional. Segundo Rosa (2015), o quantitativo de mulheres negras que conseguem alcançar os cargos de direção nos sindicatos é ainda menor do que das mulheres brancas, resultado da dupla discriminação do machismo e do racismo.

Durante a pesquisa de mestrado, desenvolvida na UFSB, colheu-se depoimento de dirigentes sindicais negras, que relatam como a dupla (ou tripla) discriminação afeta a inserção das mulheres negras nos espaços sindicais, como pode-se ver a seguir:

Ser mulher trabalhadora e negra dentro do movimento sindical é um grande desafio. É certeza de que teremos enfrentamentos diários que

4 Para Collins e Bilge (2021), a interseccionalidade consiste em uma ferramenta analítica que aponta como as opressões atingem diferentemente um mesmo grupo social. Mais adiante, esse termo será novamente discutido, com um aprofundamento teórico mais robusto.

vão muito além das questões da defesa dos direitos trabalhistas das mulheres, por maiores oportunidades de emprego, melhores salários e condições de trabalho; temos o enfrentamento ao machismo e ao racismo constantemente, porque, infelizmente, muitos companheiros não aceitam uma mulher como liderança sindical, nos atacam, nos excluem, nos desrespeitam e tentam invisibilizar nosso trabalho e calar nossa voz (MENDES, 2021, p. 135).

Como se vê, a percepção da sindicalista é orientada pela sua *práxis*, que indica o fato de que existe certa resistência masculina ao se verem ocupando o mesmo espaço de liderança que as mulheres. Em sequência, para outra entrevistada, além da dupla discriminação, as atividades domésticas também se tornam um empecilho:

Outra situação que me afeta enquanto mulher sindicalista é a sobrecarga de trabalho ao conciliar família, trabalho, aperfeiçoamento profissional e luta Sindical. É muito complicado e muitas vezes tenho a sensação de solidão (MENDES, 2021, p. 139,).

Ao voltarmos para análise interseccional, podemos constatar outras opressões que se acumulam na intersecção de raça e classe, como pode-se ver no depoimento a seguir, de uma mulher com deficiência que constrói o movimento sindical, lutando, ao mesmo tempo, contra uma tripla discriminação, incluindo-se o capacitismo:

Ser mulher com deficiência no movimento sindical, me faz acumular o peso das lutas contra o machismo, o racismo e o capacitismo que seguem reduzindo a participação da diversidade de mulheres nos sindicatos. A tarefa de dar visibilidade à pauta das pessoas com deficiência, seja ela no mercado de trabalho, no movimento sindical ou até mesmo na sociedade, é muito árdua (MENDES, 2021, p. 140,).

Esses depoimentos mostram que os obstáculos para a inserção das mulheres no movimento sindical são múltiplos, se conectando também em outras opressões que podem ser observadas a partir do espectro da interseccionalidade, como será melhor abordado na última seção deste trabalho. Apesar disso, essas mulheres resistem na mobilização e buscam por espaço, visibilidade e igualdade.

É importante dizer que essas mulheres estão hoje no cargo de dirigentes sindicais. Isto é, ocupam um espaço decisório e fazem parte das disputas

narrativas pelo poder deliberativo. Por isso, impactam diretamente a estrutura, não só do sindicato, mas também de outras mulheres.

Também vale destacar que essas mulheres são fruto das ações afirmativas implementadas na arquitetura dos sindicatos. E que, além disso, foram diretamente impactadas pela Secretaria de Formação Sindical, tal como os homens, de modo a se libertarem das opressões sofridas e combaterem o imaginário machista e racista existente no movimento sindical.

EDUCAÇÃO SINDICAL, UMA EDUCAÇÃO NÃO FORMAL PARA A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA

Como pôde ser visto em Delgado (1996), somente as cotas de gênero não conseguiriam resolver o problema da desigualdade de gênero nos sindicatos. Além das cotas, seria necessário a realização de espaços formativos para os homens e mulheres sindicalizadas, com o objetivo de apresentar a realidade social de forma crítica, desconstruindo, de forma interseccional, práticas machistas e racistas do imaginário dessas pessoas.

Nesse sentido, a educação sindical - uma prática de educação não formal - para a emancipação política, como citado muito brevemente na primeira seção, é ferramenta fundamental para o empoderamento, emancipação e autonomia individual e coletiva das mulheres sindicalistas brasileiras. Isso porque a educação, nesse contexto, é utilizada como mecanismo para se interpretar a realidade de forma crítica, traduzindo para os mais diferentes públicos a realidade social, conforme preceitua hooks (2020).

Como defende Freire (2014), a educação libertadora consiste no desenvolvimento crítico capaz de libertar os indivíduos da realidade social, a partir do conhecimento das dinâmicas que os oprimem. As ideias freireanas carregam consigo um avanço epistemológico que contribui na cidadania ativa das pessoas. Elas conjugam política e educação, esferas que deveriam ser indissociáveis, e afirma, de vez, que a educação em um sistema econômico-social precisa lançar mão de seus mitos e tornar-se embrionária da reflexão crítica dos sujeitos.

Essa visão crítica da realidade promove o autorreconhecimento necessário para que as opressões sociais sejam desmistificadas e tratadas desde a sua gênese. No que se refere ao sindicalismo brasileiro, é comum de se imaginar que este seja um local depurado de sistemas de opressão, visto que se trata de instituições sociais que buscam combater a arquitetura de trabalho exploratória, que interfere na vida e subjetividade de trabalhadores e trabalhadoras. Entretanto, no campo pragmático, esse preceito encara outra realidade, pois os sindicatos, enquanto agrupamentos humanos, não se desprendem das opressões estruturais, por maiores que sejam a sua pauta de luta.

Nesse sentido, Souza e Peçanha (2019) demonstram uma experiência de construção de uma militância sindical, de profissionais da Educação, baseada nas ações afirmativas, lutas antirracistas e na perspectiva decolonial. Ao fazer isso, as autoras partem do pressuposto de que existe um pensamento e uma prática sindical reificantes, que se valem do machismo, do sexismo e do racismo, para perpetuar as engrenagens de poder através da permanência de antigos valores em espaços que, em essência, carecem da representatividade.

Nessa direção, o tema da educação dentro dos sindicatos aparece com relevante valor, considerando que é somente a partir desse processo conscientizador, tal como Freire (2014) pontua, que a realidade será entendida pelos seres. A respeito, exclusivamente, da educação dentro dos sindicatos, percebe-se que existem poucos registros científicos sobre a temática, embora na prática muitos sejam os materiais passíveis de análise, como panfletos ou propagandas históricas produzidas pelos sindicalistas.

O artigo de Leite (2000) é uma das poucas comunicações que se aventuram na tarefa de aproximação da educação e o trabalho ou o sindicato. O ponto central de sua abordagem está na educação popular, que tem como expoente o educador Paulo Freire com sua ideia de tornar comunitário o processo educativo. Nessa concepção, a educação no interior do movimento sindical vem a ser lida como responsável de um expandir o conhecimento para além do que já se sabe, porém, a questão fulcral é que este conhecimento também precisa ser trabalhado internamente, antes de ir ao público social.

Nessa linha, Paranhos (1999) aborda a experiência de formação sindical e política no contexto dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo, nos anos oitenta e setenta, a partir da análise de discursos encontrados por intermédio do Jornal Tribuna Metalúrgica e do Suplemento Informativo da Tribuna Metalúrgica. Neste trabalho, a autora observa que é por meio da educação sindical que as lutas dos metalúrgicos ganham novos contornos, sendo a mobilização de tais trabalhadores ao processo formativo uma estratégia de grandes ganhos em termos políticos.

Ainda que Paranhos (1999) seja incisiva na investigação realizada, o termo “educação sindical” vem a ser mencionado com maior contundência nos trabalhos de Maria Manfredi, sendo citado pela primeira vez no livro Educação sindical - entre o conformismo e a crítica, de 1986. Apesar dessa data, a definição que Paranhos (1999) se utiliza de Manfredi para conceituar educação sindical é de 1996, nomeado Formação sindical no Brasil. Aqui transportando a citação utilizada de Manfredi (1996) em Paranhos (1999, p. 155-56):

Manfredi denomina “educação sindical” como “aquelas práticas educativas mais sistemáticas, intencionalmente programadas, como por exemplo os congressos dos trabalhadores, cursos, seminários, palestras etc., promovidos por entidades de classe ou outras organizações sócio-culturais, com o intuito de veicular projetos e propostas político-sindicais e formar quadros organizativos. Caberia ainda incluir entre as atividades de formação sindical aquelas iniciativas de formação político-ideológica que se destinam a grandes grupos de trabalhadores - a imprensa sindical, programas de rádio e televisão, boletins, revistas, teatro, cinema etc.” (MANFREDI, 1996, p. 23-24).

Pelo exposto, e tomando a dissertação de Mendes (2021) como análise, este artigo defende que a educação sindical compõe o escopo da educação não formal, e que, por sua vez, deve fazer parte da agenda sindical e das análises científicas. Isso porque a tomada de consciência sobre os processos de opressão, a formação de pensamentos insurgentes e a prática de ações emancipatórias só será possível quando o sujeito, individual ou coletivamente, estiver ciente de sua posição no mundo. Sendo assim, reforça-se que não há como ignorar a importância da educação nos meandros dessas atividades.

Nesse íterim, também se pode afirmar que a educação precisará ser acompanhada dos valores antirracistas, antissexistas e anticlassicistas, uma vez que a educação deve abarcar as opressões de forma interseccional. No caso das mulheres negras sindicalizadas, que representam a minoria em todos os subespaços dos sindicatos, é preciso adentrar nos meandros da análise social, cultural, econômica, racial e política. Isso porque muitas vezes as opressões irão operar sob ordens simbólicas e imperceptíveis aos olhares alienados, como no caso do colorismo, ou da diferença entre as performances de gênero - sendo uma mulher lésbica masculinizada ou uma mulher cis que performa feminilidade, por exemplo.

Por isso, a necessidade de serem observados os marcadores sociais da diferença no processo formativo será o tema da próxima seção.

MARCADORES SOCIAIS DA DIFERENÇA NO PROCESSO FORMATIVO: FRAGMENTOS EMPÍRICOS

Ao longo do texto, foram abordados alguns marcadores sociais que, de maneira interseccional, se acumulam e retroalimentam em simultâneo com as opressões de gênero, como as de classe e raça. Essas opressões, também constatadas nos depoimentos da pesquisa desenvolvida no âmbito do mestrado, que antecede e baliza o presente artigo, mostram como a multidimensionalidade das violências recaem substancialmente sobre os grupos sociais e historicamente marginalizados (Mendes, 2021).

Em primeiro lugar, tem-se que a interseccionalidade é um conceito desenvolvido no escopo do movimento feminista negro e estadunidense, e que foi experimentado na prática de mulheres brasileiras num mesmo momento em que se desenvolvia um conceito na escala internacional. E que, nesse sentido, é um termo que busca, em sua essência, a aplicação pragmática na realidade, mais precisamente no cotidiano social, com o objetivo de direcionar os olhares humanos para aquilo que lhes afligem enquanto corpos ocupando determinado espaço (COLLINS; BILGE, 2021).

Assim, tal como defendem Guimarães-Silva e Pilar (2020), a interseccionalidade é uma ferramenta teórico-metodológico, pois não se restringe à teoria, e nem se consolida sem a prática. É, portanto, a junção desses dois movimentos, quais sejam, de pensamento e de ação, na busca pela sobrevivência dentro da sociedade.

Nisso, define-se que:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária - entre outras - são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS; BILGE, 2021, p. 16).

Com isso, a interseccionalidade consegue traçar, com competência, as múltiplas opressões sofridas pelas mulheres sindicalizadas, compondo no bojo da luta do movimento sindical o combate e superação de outras opressões, que assim como o gênero e a raça, dificultam a ascensão das mulheres na hierarquia sindical. Como demonstrado na primeira seção do texto, as mulheres entrevistadas sofriam, simultaneamente, de dois ou três tipos diferentes de discriminações, que só puderam ser descortinadas a partir da análise interseccional proposta na pesquisa.

Em paralelo, dispor-se-á, agora, de novos discursos para que essa compreensão se estenda e se faça valer a premissa de que a tomada de consciência é sempre necessária para a mudança social e política.

Tenho a percepção de que precisamos, enquanto mulheres negras, “trabalhar/atuar mais do que dobrado” para ser vista, ouvida, respeitada no movimento sindical; a sensação, muitas vezes, é ser “estranha no ninho”, falar de coisas que as demais pessoas não têm ideia do que são, ou não têm interesse, de fato, de compreender (MENDES, 2021, p. 141).

Esse depoimento mostra que a percepção da opressão é reconhecida pelas mulheres, no entanto, ainda carece que o sistema, composto majoritariamente por homens, desconstrua e aceite que as lideranças femininas podem compor

esses espaços. Já outra entrevistada diz que “mesmo com ampliação da militância feminina, [os sindicatos] ainda se mantêm extremamente machistas” (MENDES, 2021, p. 142). Para além disso, ela afirma que atravessa “muitas dificuldades para exercer essa quántupla jornada, pois ser mãe, mulher, dona de casa, trabalhadora e sindicalista não é nada fácil, mas sei que trabalhando juntas podemos chegar longe, e nos fazer presentes em todos os espaços” (ibidem, 2021, p. 142).

Por mais que as discussões de gênero tenham avançado, esses relatos mostram que as opressões ainda são constantes no meio sindical. Sem muito aprofundamento, eles não trazem, ainda, a tônica de ser uma mulher negra no meio desse espaço, possivelmente porque essa opressão é demasiada sistêmica e estrutural, de modo que seja sempre necessário uma reflexão situada para a compreensão do fenômeno.

De igual maneira, outra sindicalista afirma que “na estrutura sindical ainda existe a necessidade de formação de gênero e raça, [pois] essas questões ainda são vistas como de menor relevância, e isto reflete na invisibilidade dos projetos direcionados a esta causa” (MENDES, 2021, p. 143). Discurso que corrobora com toda a argumentação deste artigo, visto que é a expressão dos sujeitos dos sindicatos reafirmando o papel da formação sindical, tal como se observava na investigação de Paranhos (1999). Ainda dá para incrementar que a necessidade da sindicalista não é meramente por uma formação sindical, e sim uma formação em raça e gênero, capaz de descortinar, no todo ou, pelo menos, em partes, os preconceitos existentes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo teve por objetivo discutir a educação enquanto prática política e emancipatória para o acesso e a ascensão de mulheres negras nos espaços deliberativos de centrais sindicais brasileiras. Para isso, recorreu-se à história da luta feminina nos sindicatos e no mercado de trabalho, para, *a posteriori*, compreender o papel da educação nesse processo de conquista por espaços.

Percebeu-se que a educação é uma chave fundamental que deve sempre constituir o cerne da agenda sindical. Nesse diapasão, a educação sindical é uma forma de reconhecimento da experiência das pessoas sindicalizadas na tomada de consciência sobre as opressões sociais e políticas, seja através de programas de formação de qualquer natureza. Ainda, notou-se que a educação sindical é eminentemente não formal, o que não dissipa a sua potencialidade, e sim, de outro modo, expande a sua capacidade na mudança da realidade.

A partir dos relatos pessoais expostos ao longo do texto, buscou-se apresentar os enfrentamentos sistemáticos dos quais as mulheres sindicalistas estão rotineiramente submetidas. Por meio deles, espera-se que os leitores e as leitoras construam reflexões pertinentes à estrutura dos sindicatos, e em um futuro, - assim que tocadas pelas palavras deste texto, - que possam construir pesquisas, empíricas ou não, que sirvam de material para ser incrementado ao acervo nacional de pesquisadores e pesquisadoras dos sindicatos.

Quando os relatos pessoais são explorados durante as análises, nota-se que as mulheres que hoje ocupam um espaço significativo dentro de seus sindicatos, enquanto dirigentes sindicais majoritariamente, fazem o uso desse espaço por meio de uma percepção crítica da realidade, denotando que a educação foi um eixo presente nas suas trajetórias.

Além de tudo isso, também se deve pontuar que somente a educação crítica voltada para o empoderamento, a emancipação e a autonomia de homens e mulheres será capaz de reverter os quadros machistas, racistas e capacitistas que ocorrem no movimento sindical.

Por fim, de modo geral, conclui-se que o acesso e a ascensão de mulheres negras nos espaços deliberativos são orientados através da visão interseccional e da educação depurada de alienações. Nesse sentido, faz-se necessário a formação contínua e interseccional da comunidade sindical para que, com a educação, se possa mudar a realidade social em direção da emancipação e libertação dos sujeitos e, conseqüentemente, das opressões.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Angela M. Carneiro; FERREIRA, Veronica Clemente. Construindo um espaço: a participação das mulheres no movimento sindical (1978-1988). *Revista de Sociologia e Política*, n. 10-11, p. 55-81, 1998 Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39277/24096>. Acesso em: 20 de janeiro de 2021.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. *Interseccionalidade*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2014.

GUIMARÃES-SILVA, Pâmela; PILAR, Olívia. A potencialidade do conceito de interseccionalidade. In: MESQUITA, Carolina; ESTEVES, Juliana; LIPOVETSKY, Nathália (orgs.). *Feminismo & Dívida*. Nápoli: La Città del Sole, vol. 1, ed. 1, p. 53-70, 2020.

hooks, bell. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática*. São Paulo: Editora Elefante, 2020.

LEITE, Ivonaldo. Sindicatos, Democracia Sindical e Educação. *A Página da Educação*, n. 96, 2000.

LEONE, Eugenia Troncoso; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. As mulheres no mercado de trabalho e na organização sindical. *Anais*, p. 1-21, 2016. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/view/2289/2243>. Acesso em: 24 de janeiro de 2021.

MANFREDI, Sílvia Maria. *Educação sindical entre o conformismo e a crítica*. São Paulo: Edições Loyola, 1986.

MANFREDI, Sílvia Maria. *Formação sindical no Brasil: História de uma prática cultural*. São Paulo: Escrituras Editora, 1996.

MENDES, Gilene Pinheiro da Silva. Educação e participação da mulher no movimento sindical: uma abordagem interseccional de gênero, raça e classe. Dissertação de mestrado (Educação para as relações étnico-raciais). UFSB, Porto Seguro, 2021.

OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de; MENDES, Gilene Pinheiro da Silva. Mulher, educação e movimento sindical no Brasil: reflexões interseccionais. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/34726>. Acesso em: 27 de janeiro de 2021.

PARANHOS, Kátia Rodrigues. Educação sindical em São Bernardo nos anos setenta e oitenta. *Revista de Sociologia e Política*, p. 153-174, 1999.

SOARES, José Luiz. As políticas de gênero no sindicalismo contemporâneo. In: 40º Encontro Anual da ANPOCS ST 34 - Trabalho, trabalhadores e ação coletiva. 2016. Disponível em:
[https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/40-encontro-anual-da-anpocs/st-10/st34-3/10499-as-politicas-de-genero-no-sindicalismo-brasileiro-contemporaneo/file#:~:text=A%20ado%C3%A7%C3%A3o%20sistem%C3%A1tica%20do%20conceito,anos%201990%20foi%20sintom%C3%A1tica%20disso.&text=texto%20de%20Scott%20\(1995\).&text=tamb%C3%A9m%20tinha%20como%20par%C3%A2metro%20a,separa%C3%A7%C3%A3o%20dual%20entre%20duas%20esferas](https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/40-encontro-anual-da-anpocs/st-10/st34-3/10499-as-politicas-de-genero-no-sindicalismo-brasileiro-contemporaneo/file#:~:text=A%20ado%C3%A7%C3%A3o%20sistem%C3%A1tica%20do%20conceito,anos%201990%20foi%20sintom%C3%A1tica%20disso.&text=texto%20de%20Scott%20(1995).&text=tamb%C3%A9m%20tinha%20como%20par%C3%A2metro%20a,separa%C3%A7%C3%A3o%20dual%20entre%20duas%20esferas).
Acesso em 15 mai 2020.

SOUZA, Josiane Nazaré Peçanha de; PEÇANHA, Eliane Souza. Por uma militância sindical afirmativa, antirracista e decolonial. *Cadernos do LEPAARQ (UFPEL)*, v. 16, n. 31, p. 56-66, 2019.